



## RESISTIR E EXISTIR: REFLEXÕES E NARRATIVAS DE UMA MULHER TRANS NO ESPAÇO ACADÊMICO

Walquíria da Silva Oliveira,  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,  
owalquiria@gmail.com

Telma Romilda Duarte Vaz,  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul,  
Telma.vaz@ufms.br

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre os desafios, lutas e resistências enfrentadas por mulheres transgêneras no contexto acadêmico, tomando como pano de fundo as narrativas da autora deste estudo. A pesquisa busca contribuir para ampliar a compreensão das experiências de corpos transexuais no ensino superior além de fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas inclusivas que garantam a permanência e conclusão de curso de pessoas transgêneras na universidade. A metodologia baseou-se na pesquisa exploratória e na pesquisa Narrativa por tratar-se de abordagens que permitem a reflexão a partir da de estudos teóricos e empíricos ao mesmo em que valoriza a experiência e a subjetividade que coloca em pauta as barreiras impostas pelo sistema heteronormativo que tem reproduzido os ideias sociais patriarcais também no campo acadêmico. Os resultados da pesquisa indicam um contexto permeado por desafios que vão além dos obstáculos comuns aos estudantes, pois envolvem questões de preconceito, discriminação e exclusão social, que refletem as profundas desigualdades de sexo, gênero e identidade ainda presentes na sociedade contemporânea.

**Palavras-chave:** Pesquisa Narrativa (Auto)Biográfica, Transexualidade, mulher Trans, travesti, Universidade.

### 1 INTRODUÇÃO

Este estudo integra o projeto Interinstitucional “Pesquisa Narrativa: As Interfaces entre Diversidade de Gênero, Experiências, Lutas e Resistências no Ambiente Acadêmico” vinculado à universidade Federal de Mato Grosso Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e integra o grupo de estudos e pesquisas "Biograf", ambos sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup> Telma Vaz.

O objetivo deste estudo é investigar os desafios, as lutas e as formas de resistência enfrentados por mulheres transgêneras no contexto universitário, tendo como base as narrativas pessoais da autora. O foco é promover a compreensão sobre as vivências de pessoas trans no ensino superior e ampliar pautas e discussões sobre o respeito e a dignidade de pessoas trans, bem como a implementação de políticas inclusivas na universidade.

A universidade, enquanto espaço de produção de conhecimento, ainda se revela



excludente e normativa em relação à diversidade de gênero. Para pessoas transgêneras, especialmente mulheres transexuais, a inserção e permanência no ambiente acadêmico apresentam-se como desafios significativos, em grande parte devido à estrutura binária que rege as relações institucionais e interpessoais nesses espaços.

A falta de políticas de acolhimento efetivas, o desrespeito ao uso correto dos pronomes e o preconceito velado em atitudes e discursos LGBTQIA+fóbicos – atitudes, comportamentos, ações ou discursos que promovem preconceito, discriminação ou violência contra pessoas LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, além de outras identidades não cisgêneras e não heterossexuais – e que contribuem para a marginalização dessa população no âmbito educacional (Salazar, 2019).

A voz de pessoas LGBTQIAPN ainda é, em grande medida, silenciada e marginalizada dentro da academia, lugar que deveria se constituir como um espaço de emancipação e inclusão. Entretanto, as experiências de mulheres trans, em particular, mostram que a universidade é, muitas vezes, um lugar de resistência, onde a luta por reconhecimento e dignidade é cotidiana (Bento, 2021). A exclusão social, acentuada pela pobreza e falta de acesso à educação, contribui para a construção de barreiras que dificultam o ingresso e a permanência de pessoas transexuais nos espaços de educação formal.

Importante destacar a intersecção entre **transexualidade** e **homossexualidade**, uma vez que a luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+ inclui a busca por reconhecimento e respeito para todas as identidades. A inclusão das travestis no movimento homossexual nos anos 1980-1990 foi um passo significativo para a construção de uma frente unificada contra a opressão. Contudo, o preconceito ainda persiste, manifestando-se em violência e discriminação. Os termos **transgênero** e **transexual** são frequentemente usados de maneira intercambiável, mas possuem distinções importantes. Enquanto "transexual" se refere a pessoas que buscam ou passaram por intervenções médicas para alinhar seu corpo à sua identidade de gênero, "transgênero" é um termo mais amplo que abrange todos as pessoas cuja identidade de gênero não se alinha com o sexo atribuído ao nascimento (Souza, 2020).

Essa diversidade dentro da comunidade trans exige uma abordagem inclusiva nas políticas públicas. Além disso, a luta pela visibilidade trans no Brasil é marcada por conquistas significativas, como o reconhecimento da identidade de gênero sem a necessidade de cirurgia



(Conjur, 2024). No entanto, ainda existem desafios substanciais, incluindo a falta de legislação específica contra a transfobia e os altos índices de violência dirigidos a pessoas trans. A universidade e outros espaços educacionais devem ser ambientes onde as identidades transgênera sejam respeitadas e valorizadas. A construção de uma sociedade mais inclusiva requer uma reavaliação das normas sociais que definem o que significa ser homem ou mulher, pois como afirmou Simone de Beauvoir em “O Segundo Sexo” (1949) "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade" (Beauvoir, 1980, p.11).

O conceito de transexualidade, associado à experiência de pessoas que não se identificam com o sexo biológico atribuído ao nascer, tem ganhado maior visibilidade a partir das lutas travadas pelos movimentos sociais de travestis e transexuais. Historicamente, termos como "travesti" foram utilizados de maneira pejorativa e estigmatizada, refletindo uma perspectiva colonial e patriarcal que definiu, de maneira rígida, o que é ser homem e mulher, desumanizando corpos que fugiam dessa normatividade (Pelúcio, 2009). Esse preconceito reforçou estereótipos negativos que marginalizaram homens e mulheres transexuais, limitando suas oportunidades educacionais e sociais. A universidade, enquanto espaço de reprodução de conhecimento, reflete, muitas vezes, essa lógica excludente.

Nesse contexto, a luta a partir de termos carregados de estigmas sociais, como "travesti", que vem sendo ressignificado por movimentos trans/travesti como símbolo de luta e resistência. Da mesma forma, Mulheres trans que conseguem ingressar no ensino superior desafiam as normatividades de gênero e, ao ocupar esses espaços, constroem novas perspectivas de vida e existência para corpos historicamente marginalizados. Essa resistência, além de política, é profundamente existencial, pois rompe com as expectativas sociais que relegam essas pessoas às margens da sociedade e do mercado de trabalho (Beauvoir, 1980; Miskolci, 2013.).

A pesquisa pretende contribuir para ampliar o debate e o conhecimento sobre experiências de pessoas transexuais no ensino superior além de fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas inclusivas que garantam a permanência e conclusão de curso de pessoas trans/travestis na universidade. A metodologia baseou-se na pesquisa exploratória e na pesquisa Narrativa por tratar-se de abordagens que permitem a reflexão a partir da de estudos teóricos e empíricos ao mesmo em que valoriza a experiência e a subjetividade que coloca em pauta as barreiras impostas pelo sistema heteronormativo que tem reproduzido os ideias sociais patriarcais também no campo acadêmico. Através de uma abordagem a partir da pesquisa



Narrativa e da pesquisa exploratória, pretende-se colocar em pauta as barreiras impostas pelo sistema heteronormativo e patriarcal impostos a comunidade trans além de contribuir para ampliar a compreensão das experiências de pessoas trans/travestis no ensino superior e fomentar reflexões sobre a necessidade de políticas inclusivas que garantam a permanência e o sucesso acadêmico de pessoas transgêneras na universidade.

“A sexualidade é um objeto em disputa”. “A sexualidade é um espaço cujos limites e significados são contestados politicamente”. Essas duas afirmações parecem não surpreender – não hoje. A razão disso pode ser situada (sem nenhuma pretensão de revisão histórica) no cruzamento de dois fatores: de um lado, a influência de diferentes matrizes crítico-filosóficas, advinda daqueles autores franceses cuja obra foi unificada sob o rótulo “pós-estruturalista (Louro, 2004, p. 267).

A existência e ocupação de corpos transexuais em espaços públicos e familiares são tomados como indicativo de afrontamento ao sistema heteronormativo, pois vistos como corpos estranhos habitando de forma ultrajante determinados espaços, como as pessoas transexuais não fossem humanas, cidadãos e merecedoras de ocupar todos os espaços.

Importante destacar a tendência de alguns intelectuais em usar identidades marginais como símbolos teóricos ou "modas" acadêmicas, sem considerar a complexidade dessas subjetividades em seu próprio contexto social e histórico. Ao explorar as posições de sujeitos "trans", ou seja, sujeitos que desafiam as fronteiras convencionais de corpo, gênero e sexualidade, é necessário ter cuidado para evitar cair em uma armadilha comum entre intelectuais: a reificação ou fetichização dessas identidades. Ao invés de transformar essas posições em símbolos de uma nova idealização ou em objetos de fascínio abstrato, é preciso adotar uma postura crítica, registrando a complexidade e a singularidade dessas experiências sem reduzi-las a uma categoria ou fenômenos pós-modernos superficiais.

Considerando o exposto, este trabalho parte de visão crítica e descolonizadora, pautada na escolha da pesquisa narrativa como metodologia para abordar as memórias de uma estudante transexual na universidade. A pesquisa narrativa, ao se concentrar nas histórias de vida e nas experiências subjetivas, permite escapar as armadilhas da reificação e da fetichização das identidades trans. A narrativa pessoal de uma estudante transexual, portanto, não é tratada como um emblema teórico abstrato ou como um "novo ideal de sujeito" pós-moderno. Ao contrário, essa metodologia respeita a singularidade de suas vivências e oferece uma plataforma para que ela mesma construa e comunique sua identidade e suas experiências no ambiente acadêmico.

Ao valorizar a voz da protagonista da pesquisa, uma pesquisa narrativa permite compreender os desafios e experiências enfrentados por essa estudante sem reduzi-las a



categorias preexistentes ou estereotipadas. O foco está, portanto, nas memórias, identidades, resistências e desafios enfrentados por uma mulher trans em sua trajetória universitária, oferecendo uma visão contextualizada e rica de nuances. Dessa forma, o trabalho pretende evitar a instrumentalização da experiência para fins teóricos abstratos, priorizando, em vez disso, a memória e a complexidade de seu processo de subjetivação.

## **2 APONTAMENTOS SOBRE A INVENÇÃO SOCIAL DA TRANSEXUALIDADE**

Inicialmente, é importante destacar que os estudos sobre a construção do gênero binário “masculino e feminino” tem sido objeto de discussão antiga que ainda persiste em pleno século XXI, buscando compreender qual é o conceito e o papel social de gênero. “Quanto ao papel respectivo dos dois sexos, trata-se de um ponto acerca do qual as opiniões variaram muito. Foram, a princípio, desprovidas de fundamento científico, refletiam unicamente mitos sociais” (Beavouir,1980, p.29).

Na perspectiva de Beauvoir o gênero é uma construção social e cultural e não uma característica biológica inata. A autora argumenta, que a sociedade cria e sustenta essas diferenças entre os sexos, de forma que as opiniões sobre o papel dos sexos são baseadas em mitos sociais e não têm fundamento científico. O desejo de mudança de sexo existe desde épocas remotas, conforme evidenciado nas mitologias grega e latina. “O desejo de mudar de sexo existia muito antes da criação do termo transexualismo” (Moreira; Marcos, 2019, p. 595).

Nessa perspectiva, Moreira e Marcos (2019) apresentam um panorama histórico sobre a transexualidade, destacando como as percepções sobre sexo e gênero evoluíram ao longo do tempo e como essas construções sociais impactaram as identidades contemporâneas. A análise inclui tanto relatos históricos quanto discussões teóricas que desafiam as normas binárias tradicionais.

Registros do século XV mostram casos de pessoas que viveram como o gênero oposto, como a história de uma mulher que se passou por homem e se casou em Champanhe. “Relata-se a história de uma mulher que chegou 'como homem' a um povoado de Champanhe. Fazendo se passar por homem, essa mulher se casou. E, ao que consta, ela vivia feliz e fazia feliz a mulher com quem vivia, principalmente por suas práticas sexuais. Ficando viúvo, casou-se pela segunda vez. Tudo o que se relacionava ao sexo dessa personagem somente veio ao conhecimento de todos quando ela adoeceu. “Esse homem” portava um tipo de pênis artificial



de fabricação própria, com o qual praticava o coito com suas esposas (Millot et al apud Moreira; Marcos, 2019, p. 596).

A história exposta revela um ponto importante: a associação da identidade de gênero com a genitalidade. O pênis artificial, indicado no texto, foi o elemento que, ao ser descoberto, revelou a biologia da mulher que vivia como homem. Essa revelação demonstra a centralidade da genitália como seletiva para a sociedade definir a identidade "verdadeira" de gênero. No entanto, essa lógica é simplista e excludente, pois ignora que a identidade de gênero é uma construção social e subjetiva, que vai além dos marcadores biológicos. O mesmo preconceito e lógica continuam a operar no contemporâneo, limitando a acessibilidade plena de corpos trans e não-binários, uma vez que o sistema binário de gênero nega a existência legítima dessas identidades.

A manutenção desse modelo binário é evidente nas legislações, nos sistemas médicos, e nas práticas culturais, que constantemente patologizam ou invisibilizam corpos e vivências LGBTQIAPN+. A crítica que ainda se faz ao corpo trans e a outras expressões dissidentes se dá pela insistência em equiparar gênero e sexo biológico, reforçando estereótipos que naturalizam o binarismo como a única forma de organização social possível. Isso perpetua o preconceito, a discriminação e a violência contra pessoas trans, não-binárias, e outras dissidentes, que são constantemente obrigadas a justificar sua existência em termos de adequação aos padrões cisnormativos. Outro exemplo de transexualidade apresentado por Moreira e Marcos (2019) refere-se a um caso ocorrido na França, de Chevalier D'Eon também conhecido como Madame Beaumont, de um alto funcionário do rei Luís XV, que além de grande espadachim, trabalhou no serviço secreto francês.

Por 49 anos, Charles D'Eon de Beaumont foi uma mulher que, algumas vezes, vestia-se de homem. Pela maneira como vivia, parecia tratar-se de um homem, o que acabava provocando rumores públicos e dúvidas em relação a seu sexo. Para o Chevalier D'Eon/Madame Beaumont exercer suas funções de espiã(o) ou para ser reconhecido como mulher socialmente, o trânsito entre o masculino e o feminino era consumado por ele de forma natural e não comprometia sua posição na corte francesa e nem perante o rei Luís XV. O modo de proceder de Charles D'Eon revelava a tolerância do rei e da sociedade francesa em relação a seu comportamento e indicava uma aceitação no que diz respeito à sua indefinição sexual, dado que não se tentava apregoar um caráter moral e determinista de naturalização das condutas. "Evidenciava-se, assim, que a relação entre corpo e gênero, que sugeria uma leitura e determinação do que é masculino/feminino, não estava, necessariamente, condicionada à genitália" (Bento (2008) apud Moreira; Marcos, 2019, p. 596).

A história de Charles D'Eon de Beaumont e sua vivência entre os gêneros ilustra a





complexidade da identidade de gênero em um contexto histórico que, embora pareça mais flexível, ainda se insere em uma estrutura de valores binários. Um olhar mais crítico revela como a transexualidade, mesmo em períodos de aparente facilidade, é frequentemente moldada por um sistema que busca categorizar e definir o que é masculino e feminino. Importante destacar que embora ele/ela tenha conseguido navegar entre as identidades masculinas e femininas sem perder seu status social, isso não significa que a sociedade da época estivesse livre de normas.

A tolerância demonstrada pela corte francesa pode ser vista como uma forma de controle social. A acessibilidade de D'Eon não se traduz em liberdade plena, ao contrário, ela reflete a capacidade da sociedade de acomodar comportamentos que não se encaixam perfeitamente nas normas condicionais. Isso sugere que a transexualidade é muitas vezes “permitida” apenas quando se alinha com as expectativas sociais ou políticas vigentes.

Assim, a transexualidade pode ser vista como uma invenção social que surge dentro de um mundo que ainda valoriza a dicotomia entre masculino e feminino. As narrativas históricas apresentadas nos levam a questionar o quanto as identidades de gênero são construídas socialmente. A ideia de que D'Eon poderia "exercer suas funções" dependendo do gênero que escolhesse reforça a noção de que o gênero é uma performance social. Judith Butler argumenta que o gênero é performativo e não inerente ao corpo (Butler, 1990). Assim, a história de D'Eon exemplifica como as identidades podem ser moldadas por contextos sociais e culturais específicos.

A transexualidade surge como uma invenção cultural que desafia as normas condicionais, mas que ainda opera dentro dos limites por uma sociedade que busca categorizar e definir o que significa ser homem ou mulher. Essa tensão entre liberdade individual e normas sociais continua a ser um tema central nas discussões sobre identidade de gênero na atualidade. A transexualidade, como entendida hoje, emerge em um mundo que demanda a fixação de identidades de gênero e sua conformidade com a biologia. Isso reflete uma necessidade social e política de organizar corpos e identidades em categorias discretas, binárias e excludentes.

A visão médica na Renascença considerava a possibilidade de mudança entre os gêneros sem um caráter moral determinista. “Evidenciava-se que a relação entre corpo e gênero não estava necessariamente condicionada à genitália” até o século XVII, os anatomistas acreditavam na existência de um corpo único com pelo menos dois gêneros sociais distintos,



fundamentando-se no conceito de isomorfismo. “O que imperava entre os anatomistas era a proposição do isomorfismo: a existência de um corpo e pelo menos dois gêneros” (Moreira; Marcos, 2019, p. 596-598).

É relevante pontuar, a partir desse brevíssimo olhar voltado para o panorama histórico sobre a transexualidade, como as percepções sobre sexo e gênero evoluíram ao longo do tempo e como essas construções sociais impactaram as identidades contemporâneas, tanto em relação aos relatos históricos aqui apresentados quanto do ponto de vista das discussões teóricas que desafiam as normas binárias tradicionais. A transexualidade é caracterizada pela reivindicação de mudança de sexo anatômico para o oposto ao qual o indivíduo acredita pertencer. “O que caracteriza a transexualidade é uma reivindicação que o sujeito transexual faz em querer mudar o sexo de sua conformação anatômica para o sexo oposto” (Moreira; Marcos, 2019, p. 594).

Nessa mesma linha, Torrão (2004), aponta para a gênese do conceito de gênero, uma construção teórica desenvolvida por estudiosos e ativistas para analisar e entender as relações entre os sexos de maneira mais abrangente do que as explicações puramente biológicas. Determinismo biológico refere-se à ideia de que as diferenças entre homens e mulheres são predeterminadas exclusivamente pela biologia, ou seja, pelos aspectos físicos e hormonais que definem os corpos masculino e feminino.

Assim, Torrão (2004) afirma que o conceito de gênero surgiu para desafiar essa visão reducionista e essencialista que limita a compreensão das identidades e papéis de gênero às características biológicas inatas. Em oposição ao determinismo biológico, a noção de gênero destaca que as diferenças e as relações entre homens e mulheres são, em grande medida, construções sociais. Isso significa que os comportamentos, papéis e expectativas associados aos sexos são aprendidos e transmitidos culturalmente, variando de acordo com contextos históricos, sociais e culturais.

Torrão (2004) sugere, portanto, que o conceito de gênero é uma ferramenta teórica e analítica utilizada para entender como as identidades e as relações entre homens e mulheres são moldadas por influências sociais, culturais e históricas, e não apenas por fatores biológicos. Esta abordagem nos permite uma compreensão mais complexa e dinâmica das desigualdades e das diversidades nas experiências de gênero, desafiando as explicações simplistas e naturalizantes do determinismo biológico, pois “[...] o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter





fundamentalmente social” (Scott apud Torrão, 2004, p. 129).

Considerando que a construção de gênero não passa de um mito social as transexualidades/travestis podem ser compreendidas como uma categoria de gênero. Dessa forma, partimos do pressuposto de que existe, conforme afirmado por Louro (2008, p. 3) uma “gama de demonstrações teóricas e históricas, postulando e confirmando que o espaço de discussão psicocientífica em torno da sexualidade não é senão um espaço discursivo que pretende e que produz normalização e, a partir daí normalidade sexual.”

De acordo com Benedetti (2005) o gênero transexual/travesti trata de uma construção psicossocial.

Além disso, compreendemos também que as construções social e sexual das travestis no âmbito do feminino são relatadas desde a infância por elas e por seus familiares. O discurso apresentado pelas travestis para justificar sua condição atual, remontando ao passado, se refere comumente a uma característica “natural” (Benedetti, 2005, p.326).

Para Benedetti as identidades de gênero das travestis são frequentemente descritas como construídas social e sexualmente desde a infância, tanto por elas quanto por seus familiares. Essas narrativas são relevantes, pois se apoiam na ideia de que suas características femininas são naturais e inatas, fazendo parte de sua identidade desde cedo. Essa perspectiva pode ser vista como uma maneira de validar e legitimar suas experiências e identidades ao longo da vida. “Ser homo ou transexual é normal”; longe disso, “queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada” (Louro, 2004, p. 38).

Não ser assimilada a esse sistema binário de gênero que acredita e impõe a existência do masculino e feminino como um sistema universal é um desafio constante, que envolve grandes complexidades que envolvem as questões de gênero.

Como as travestis se veem e se promovem, ou seja, o que é “ser homem” e “ser mulher” para elas, evidencia que a condição de gênero estrutura as diferenças entre os dois sexos. Dessa forma, as travestis como possuidoras tanto do feminino quanto do masculino, mas cada condição sob determinados aspectos, são consideradas como um caso extremo de gênero (Benedetti, 2005, p.326).

A construção de identidades trans/travestis vai muito além do que o órgão genitália masculino ou feminino, há todo um processo de reconhecimento, identificação, adequação seja ela com hormônios, cirurgias de feminilização, mas também da adequação perante a sociedade, com a retificação de documentos e vivência social.

As noções e definições de gênero denotam que este não inclui somente ideais



ligados ao sexo genital, mas tem, sobretudo, relação com a cultura, alicerçada na psicologia, sociologia e toda a vivência do indivíduo desde o nascimento. Assim, o gênero, que antes era compreendido em uma perspectiva naturalista/essencialista, passa a ser socialmente construído (Piscitelli, 2009, p.116).

O gênero vai além de ideais ligados ao sexo biológico, pois está profundamente relacionado com a cultura, psicologia, sociologia e toda a vivência da pessoa desde o nascimento. Não é demais reafirmar que no passado o gênero era compreendido de forma naturalista/essencialista – ou seja, como algo inato e determinado biologicamente – hoje, a mudança de paradigmática afirma a identidade de gênero como algo além do biológico, uma interação entre sexo, psique e contexto sociocultural.

Essa perspectiva construtivista do gênero, portanto, nos permite uma compreensão mais ampla e inclusiva das diversas formas de expressão de gênero e que ultrapassa o modelo binário feminino e masculino, abrindo espaço para identidades de gênero fluidas, não-binárias e transgêneras. Dessa forma, é relevante destacar a evolução do conceito de gênero de uma visão essencialista para uma compreensão construtivista, que leva em conta os múltiplos fatores que moldam a identidade de gênero de cada indivíduo.

O corpo transexual é também uma expressão de forma política “Pois, sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente diferente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra” (Beavouir, 1980, p. 52). A partir dessa compreensão – do entendimento do corpo como sendo uma forma de domínio do mundo – podemos afirmar que a identidade transgênero vem tentando ocupar esse espaço que é de todas, de todos e de todes, pois quando falamos na categoria gênero o que apenas pontua no imaginário inconsciente e binário é o masculino e feminino. É necessário, portanto, expandir a compreensão do mundo para além do modelo estático e binário, pois se o gênero é fluído, pode perfeitamente se expandir sobre as outras sexualidades.

### **3 TEORIA DAS MINORIAS: DA MARGEM AO ORGULHO**

Quando discutimos a questão das minorias e suas lutas por reconhecimento e espaço na sociedade, é fundamental considerar as diversas dimensões dessas batalhas históricas, que incluem a igualdade de gênero, raça e os direitos das pessoas com deficiência (PCD), além das lutas da comunidade LGBTQIAPN+. Neste contexto, focamos especialmente nas experiências de pessoas trans e travestis, cujas trajetórias são marcadas por um longo e desafiador processo de autoidentificação e dificuldades.



A vivência de pessoas trans/travestis é permeada por uma série de desafios, que vão desde a luta interna pelas facilidades até a necessidade de reintegração em ambientes sociais que podem ser hostis. A insegurança em relação ao uso de banheiros protegidos ao gênero identificado e as constantes correções sobre pronomes são apenas algumas das barreiras enfrentadas. Amara Moira, em seu livro “*E se eu fosse pura*”, compartilha sua experiência como mulher transexual, revelando como a prostituição se torna uma realidade para muitas devido à falta de oportunidades. Ela descreve seu primeiro dia na rua: “Primeiro dia na rua, carros e carros passando, eu toda sem jeito buscando o olho no olho, tentando atirá-los com uma palavra, um gesto, dedo nos lábios, piscadinha [...]” (Moira, 2018, p. 36).

Esse relato ilustra não apenas a busca por acessibilidade, mas também a marginalização que leva muitas travestis à prostituição como única alternativa de sobrevivência. A prostituição é frequentemente vista como uma forma de autonomia para algumas travestis; no entanto, esta escolha está repleta de riscos e vulnerabilidades. Moira reflete:

Percebi rapidinho que a ideia de vender esse serviço, o sexo, o tempo de contato íntimo com meu corpo, parecia mais fácil na teoria do que na prática: quanto valia esse tempo esse corpo? Falar xis significa ouvir ípsolon, e esse processo da barganha ia consumindo minha autoestima (Moira, 2018, p. 36).

Essa percepção destaca a complexidade da prostituição como meio de subsistência, onde a autoestima da mulher trans é constantemente desafiada pela necessidade de submissão às vontades alheias em detrimento de suas. A marginalização das travestis é reforçada por um sistema heteronormativo que é desumanizado, pois “as travestilidades têm sido interpretadas pelo dispositivo heteronormativo como experiências desprovidas de humanidade [...] “As travestis são frequentemente tratadas como objetos, desprovidas de direitos e dignidade, ou que perpetuam um ciclo de violência e exclusão social” (Veras; Andreu, 2015, p. 42).

Isso revela um ciclo vicioso onde a falta de reconhecimento social limita as opções profissionais disponíveis para essas mulheres. A construção da autoestima entre mulheres transexuais/travestis é um processo complexo que está intimamente ligado à sua transição de gênero. A prostituição pode levar à perda dessa autoestima, já que muitas vezes elas são forçadas a atender às expectativas masculinas em vez de priorizar suas próprias necessidades e desejos. Moira expressa essa luta ao afirmar: “Comecei por safadeza mesmo, assumo, carência brutal, vontade que me desejassem, pegassem, pagassem por mim, mas rapidinho eu vi que não era bom assim como eu sonhava e aí escrever sobre, poder escrever sobre, começou a ser a razão para continuar” (Moira, 2018, p. 107).



Essa perspectiva, a partir da teoria das minorias, é fundamental para entendermos como as comunidades LGBTQIAPN+ estão se mobilizando para reivindicar seus direitos e visibilidade em uma sociedade que historicamente é marginalizada. Autoras e autores como Carrieri et al. (2014) ressaltam que a diversidade dentro da sigla LGBTQIAPN+ deve ser reconhecida e respeitada, considerando que “LGBT não é um grupo homogêneo”, enfatizando a necessidade de abordar as especificidades das diferentes identidades dentro desse espectro (Carrieri *et al.*, 2014).

A teoria das minorias, conforme discutida por Guacira Lopes Louro (2017), enfatiza que as chamadas "minorias" não devem ser vistas apenas como grupos numéricos inferiores, mas sim como "maiorias silenciosas" que, ao se politizarem, transformam o gueto em território e o estigma em orgulho. Essa perspectiva é fundamental para entendermos a luta das identidades LGBTQIAPN+, que frequentemente enfrentam a marginalização e a invisibilidade. Segundo Louro (2007), a concepção liberal que considera a sexualidade uma questão privada permite que algumas identidades e práticas sexuais sejam aceitas apenas se mantidas em segredo, longe da visibilidade pública. Isso resulta na negação do afeto e das relações amorosas entre casais que não se encaixam na heteronormatividade. Essa dinâmica gera um ambiente de medo e insegurança para as pessoas LGBTQIAPN+, levando à internalização de traumas e à dúvida sobre a dignidade de seus corpos e afetos. Além disso, Louro destaca que essa invisibilidade e a necessidade de permanecer no segredo não só marginalizam as identidades não heteronormativas, mas também perpetuam uma cultura de exclusão que afeta diretamente a autoestima e o bem-estar emocional dessas pessoas.

A luta por reconhecimento e valorização é, portanto, uma questão central na teoria das minorias, que busca desafiar as normas sociais e promover uma maior acessibilidade da diversidade sexual. A teoria das minorias também se conecta com o pensamento *queer*, que questiona as normas de gênero e sexualidade, propondo uma visão mais inclusiva e pluralista das identidades. Nesse sentido, autoras e autores atuais como Judith Butler reforçam a ideia de que as normas sociais não são fixas, mas sim construídas historicamente, permitindo espaço para a emergência de novas formas de ser e existir. Nesse sentido, ideias articuladas por Louro e Butler, revelam as complexidades enfrentadas pelas identidades LGBTQIAPN+ em um contexto social que frequentemente rejeita a diversidade.

Por fim, destacamos que a luta das pessoas trans/travestis é emblemática das questões



mais amplas enfrentadas pela comunidade LGBTQIAPN+. A marginalização social e econômica imposta pelo sistema heteronormativo não apenas limita suas opções profissionais, mas também impacta profundamente sua autoestima e saúde mental. A visibilidade dessas experiências é essencial para promover uma sociedade mais inclusiva e justa. Portanto, o reconhecimento da diversidade dentro das minorias é fundamental para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

#### **4. POLÍTICAS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE NO ESPAÇO ACADÊMICO**

A discussão sobre a Teoria da Inclusão e Diversidade no contexto educacional para a população LGBTQIAPN+ revela desafios importantes. O acesso e a permanência dessa comunidade nos espaços educacionais têm sido problemáticos, refletindo a necessidade de políticas educacionais que garantam legitimidade e reconhecimento. Torres (2010), referindo-se aos Direitos Humanos (DH) da população LGBTQIAPN+ pergunta: “Como pensar a cidadania e os DH da população LGBT diante das lógicas Heterossexistas da educação?” (p. 1). Essa indagação destaca as tendências existentes nas comunidades, políticas sobre quais direitos humanos devem ser protegidos e promovidos.

O discurso dos Direitos Humanos contemporâneo busca proteger e promover os direitos de diversos grupos, incluindo a população LGBTQIAPN+. Torres (2010, p.1) observa que “O discurso dos Direitos Humanos [...] argumenta que protegem, promovem e buscam reparações aos direitos de pessoas e grupos humanos”. Contudo, essa articulação é complexa, pois envolve conexões históricas e contextuais que podem ser contraditórias. Uma contradição pode se tornar evidente quando consideramos que o direito à educação é universal, mas a população LGBTQIAPN+, especialmente mulheres transexuais, muitas vezes enfrentam barreiras para acessar esses espaços. “Assim podemos compreender que o discurso, ou discursos, em DH são articulados tanto pelas ações como pelos instrumentos” (Torres, 2010, p. 2).

Torres diz que as políticas públicas precisam ir além do discurso e abordar efetivamente as desigualdades estruturais. O movimento LGBTQIAPN+ trava luta incansável pelo reconhecimento dentro do campo do DH. “O movimento e as lutas homossexuais, [...] possuem uma articulação mais frágil no campo dos DH” (Torres, 2010, p. 3). Apesar dos esforços em termos de reconhecimento e inclusão, essas políticas precisam ser acompanhadas por um compromisso real do governo em enfrentar as desigualdades estruturais que ainda persistem. Não podemos esquecer que as políticas voltadas para a população LGBTQIAPN+,



especialmente para pessoas transgêneras, no Brasil, enfrentam um cenário alarmante de violação de direitos.

De acordo com o Diário Carioca, mais de 5.200 casos denunciados contra pessoas trans foram registrados apenas nos primeiros três meses de 2024, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (CARVALHO, 2024). Essa estatística revela a urgência de um combate efetivo à transfobia e à violência sistemática enfrentada por essa população. O Brasil é considerado um dos países mais perigosos do mundo para pessoas trans. Em 2022, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) relatou que o país liderou em homicídios de pessoas LGBTQIAPN+, com uma média de 1 assassinato a cada 32 horas. A prevalência de violência extrema contra pessoas trans está frequentemente ligada a uma cultura de discriminação e estigmatização que permeia a sociedade brasileira. A ativista Bruna Benevides destaca que “a pauta trans continua sendo instrumentalizada pela extrema direita para incitar pânico moral na população” (Carvalho, 2024, s/p.).

As violações contra pessoas trans são exacerbadas por desafios estruturais. A discriminação institucionalizada e a falta de acesso a serviços básicos como saúde e educação continuam sendo barreiras significativas. O estudo realizado por Magno *et al.* (2021) aponta que as pessoas trans enfrentam altos índices de discriminação e violência, resultando em sérios problemas de saúde mental e física. Além disso, a ausência de políticas públicas eficazes para enfrentar o genocídio da população trans negra é alarmante. Dados indicam que cerca de 80% das vítimas são negras e jovens entre 13 e 29 anos (Carvalho, 2024).

Importante destacar que as políticas públicas de inclusão LGBTQIAPN+ no Brasil passaram por uma evolução significativa, porém, ainda é fortemente marcada por grandes desafios. O marco inicial das políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+ foi o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004. Este programa visava combater a violência e a discriminação, além de promover a cidadania entre gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. O objetivo era garantir a equiparação de direitos e o respeito às especificidades de cada grupo (Brasil, 2004).

Atualmente, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao encerrar o primeiro ano de seu terceiro mandato, destacou a importância da participação social na formulação de políticas, embora ainda enfrente entraves na implementação eficaz dessas iniciativas. Um dos principais avanços foi a criação da Secretaria Nacional LGBTQIAPN+ e a retomada do Conselho





Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ , liderados por Symmy Larrat e Janaina Oliveira, respectivamente. Essas instituições têm o papel extremamente relevante de organizar o debate sobre políticas públicas e garantir a participação da sociedade civil na sua formulação (Carvalho, 2024).

O ativista Toni Reis, diretor presidente da Aliança Nacional LGBTI+, ressalta que a implementação de coordenadas de participação social e diversidade em todos os ministérios é um passo importante para promover um diálogo mais inclusivo (CARVALHO, 2024). Além disso, diversos editais de apoio à população LGBTQIAPN+ foram lançados ao longo do ano passado. Por exemplo, o Serpro destinou um milhão de reais para o Edital Agora 3T, voltado para a inclusão de pessoas trans no mercado tecnológico. O Ministério da Cultura também investiu quase dez milhões em iniciativas culturais externas para grupos marginalizados, incluindo pessoas LGBTQIAPN+ (Carvalho, 2024). Essas ações demonstram uma abertura para o diálogo e a busca por reparações históricas.

Apesar desses avanços, as políticas públicas ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que tange à proteção dos direitos das pessoas trans que continuam sendo violentadas e assassinadas em nosso país. A resistência no Congresso Nacional, dominada por uma maioria, tem dificultado a aprovação de legislações que garantam direitos fundamentais. Em dezembro de 2023, por exemplo, uma proposta que proibia gastos com políticas interessadas à “família tradicional” foi aprovada pelo Congresso, mas vetada pelo presidente Lula (Carvalho, 2024). Bruna Benevides, secretária de articulação política da Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), aponta que a pauta trans continua sendo instrumentalizada pela extrema direita para incitar pânico moral na sociedade. Ela critica a falta de um compromisso público eficaz com a vida das pessoas trans e destaca que, apesar das mudanças administrativas, a situação para muitas delas permanecem inalteradas (Carvalho, 2024).

Sabemos que o Brasil é o país que mais mata a população transexual dados da ANTRA- Associação Nacional de Transexuais e Travestis revelam que:

Em relação aos dados absolutos dos últimos 7 anos, produzidos entre os anos de 2017 e 2023, período em que a ANTRA passa a fazer essa pesquisa, conseguimos mapear um total de 1057 (um mil e cinquenta e sete) assassinatos de pessoas trans, travestis e pessoas não binárias brasileiras (Antra, 2024, s/p.).

A pesquisa revela dados alarmantes. **1.057 pessoas transexuais foram brutalmente assassinadas no Brasil.** Antes da criação da ANTRA, esses números ainda eram mais



preocupantes, evidenciando a convivência do Estado com a necropolítica que afeta a população trans. A ausência de um órgão responsável pela coleta e análise desses dados é uma questão crítica. Os números de assassinatos de pessoas transexuais no Brasil são chocantes e crescentes. Em 2023, foram registrados **145 assassinatos**, enquanto em 2022 ocorreram **131 casos**; em 2021, **140**; em 2020, **175**; em 2019, **124**; em 2018, **163**; e em 2017, **179**, o ano com o maior número de mortes na série histórica (Benevides, 2023).

Esses dados mostram que, embora tenha ocorrido uma diminuição em 2019, os índices voltaram a subir em 2023. São diversos fatores negativos para essa oscilação nos números. Lisboa (2024) revela uma profunda preocupação com a realidade enfrentada pela população transexual no Brasil, especialmente em relação à transfobia que permeia tanto o ambiente escolar quanto o mercado de trabalho. Segundo Lisboa uma pesquisa realizada pelo Grupo Pela Vida, sob a forma cooperativa de Fabrício Longo, destaca os desafios significativos que homens e mulheres transexuais enfrentam ao tentar se estabelecer profissionalmente.

O estudo indica que a transfobia é um fator determinante na saúde mental dos entrevistados. Metade dos participantes conviveram com depressão, e 60% já consideraram o suicídio. Essa situação reflete um ambiente hostil que não apenas limita as oportunidades de emprego, mas também afeta a qualidade de vida. Os dados mostram que a violência contra pessoas trans começa na escola, com amigos e familiares frequentemente como agressores. Apenas 25% dos entrevistados afirmaram nunca ter sofrido discriminação, enquanto 36,7% afirmaram transfobia. As formas mais comuns de violência incluem o respeito ao nome social e a proibição do uso do banheiro adequado (Lisboa, 2024).

Outro dado importante da pesquisa revela que apenas 15% dos participantes têm empregos formais com carteira assinada. Muitos trabalhos informais ou da prostituição como último recurso para sobrevivência. Além disso, mais da metade dos entrevistados é o único trabalhador transexual em suas empresas, o que destaca a falta de inclusão. A transfobia no ambiente escolar impede que muitos jovens trans completem sua educação. Embora 49% tenham concluído o ensino médio, apenas 21,1% avançaram para a graduação. Este cenário é alarmante, considerando que 96,2% das empresas exigem o ensino médio completo para contratação (Lisboa, 2024).

O Brasil é país que **mais assassina pessoas Trans no mundo**. O número de assassinatos no Brasil é **três vezes maior que o segundo colocado no mundo**, México com média de 50 mortes. Não há o que comemorar repetimos a cada ano e as nossas vozes não ecoam aonde deveria chegar. Estamos à mercê de



nós mesmas. Quem chora por nós? Quem vai contribuir com a vaquinha pra enterrar mais uma? pra que não seja enterrada como indigente, sim porque abjeta já somos, a sociedade já nos cunhou esse adjetivo Mas, contudo, ainda precisamos reagir e com muito orgulho saudamos as iniciativas pelo Brasil afora de todas as instituições que promovem nessa semana atividades lembrando essa data (Simpson, 2018, *online*. Grifo nosso).

Lisboa (2024) enfatiza a urgência de educar trabalhadores sobre as particularidades da população trans e promover um ambiente de trabalho inclusivo. A coordenadora da TransVida, Maria Eduarda Aguiar, ressalta que é essencial garantir que todos os funcionários compreendam as vulnerabilidades enfrentadas por seus colegas trans, assinalando a necessidade urgente de políticas públicas e ações sociais que combatam a transfobia em todas as esferas da vida das pessoas trans.

Em matéria publicada em “O Globo” Pâmela Dias (2024, *online*) escreve que “Transexuais e travestis não foram incluídas na revisão da Lei de Cotas no ano passado. Mas estão ganhando acesso às universidades, mesmo que seja aos poucos, graças às reservas de vagas que começaram a ser adotadas por instituições públicas de forma independente”. Contudo, segundo Dias, “Atualmente, há apenas um projeto de lei, protocolado em julho de 2023 pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), que defende cotas para travestis e transexuais nas federais”. O projeto de Lei “PL 3109/2023” determina a reserva de 5% das vagas de cada curso de graduação. “Em cursos com oferta inferior a 50 vagas, pelo menos três deverão ser ocupadas por trans ou travestis” (Dias, 2024, *online*).

Mas, especialistas afirmam que há resistência no Ministério da Educação em debater a inclusão de pessoas trans entre os grupos beneficiados por lei com as cotas, por temor de enfrentar resistências de políticos conservadores no Congresso. Questionado sobre as políticas para cotas e travestis, o MEC respondeu que “não tem nada específico sobre o tema (Dias, 2024, *online*).

Quando olhamos para as universidades brasileiras percebemos o quanto a universidade ainda é excludente em relação a população Trans. Apenas 10 das 69 universidades federais possuem cotas para pessoas trans no acesso à graduação. De acordo com levantamento do Jornal O Globo e Antra, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), desde 2017 destina uma vaga em cada curso da graduação e em São Paulo.

A iniciativa começou em 2019, na Universidade Federal do ABC (UFABC), mesmo ano da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a adotou em 2023. Além delas, as federais de Rondônia e de Lavras (MG) têm cotas trans na graduação a partir de 2024 e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), assim como a



Universidade Federal Fluminense (UFF), aprovaram cotas na graduação para início no ano de 2025.

Ademais, apenas a UFSC possui uma política mais abrangente, que inclui acesso facilitado a bolsas, adaptação da infraestrutura física (como banheiros sem marcação de gênero de uso individual), ouvidoria para denúncias e oficinas de formação para professores, entre outras ações. No entanto, nenhuma delas tem projetos ou ações que pensem em como fortalecer a permanência de estudantes trans em níveis fundamental e médio (O Globo, 2024; Antra, 2024).

Investir em educação, acolhimento e sensibilização pode não apenas melhorar as condições de vida dessa população, mas também permitir que elas contribuam de forma adequada para a sociedade. A luta contra a discriminação deve ser uma política de Estado, deve ter prioridade para garantir igualdade de oportunidades e direitos para todos, todas e todes, e isso exige uma resposta governamental mais robusta e comprometida com a vida das pessoas trans. Nesse sentido, a construção de um marco jurídico sólido e a promoção efetiva dos direitos humanos são fundamentais para garantir que todas as pessoas possam viver com dignidade e respeito em nossa sociedade.

## **5 AUTO(BIOGRAFIA: MEMÓRIAS DE UMA MULHER TRANS NA UNIVERSIDADE**

Enquanto as seções anteriores apresentaram a discussão teórica em terceira pessoa, agora, opto por narrar em primeira pessoa, utilizando o tempo presente para transmitir com mais proximidade e vivacidade os acontecimentos e reflexões que compõem minha trajetória. Essa mudança de perspectiva e tempo verbal visa proporcionar uma maior imersão na vivência descrita, conectando a teoria ao vivido de forma mais direta.

Sou uma mulher transexual, negra, 26 anos. Nasci e cresci no interior de Mato Grosso do Sul em uma cidade chamada Naviraí, cuja população é de aproximadamente 54.051 habitantes. Sou filha de uma mulher guerreira, analfabeta, mãe solo e trabalhadora industrial de uma empresa de carne. Sobre meu pai não tenho muito o que dizer, já que abandonou a mim e a meu irmão gêmeo quando tínhamos apenas 5 anos de idade. Meu irmão cursa engenharia de alimentos em uma universidade estadual. Eu também tenho uma linda irmã caçula, de quem cuidei enquanto minha mãe estava ausente para o trabalho e que hoje é uma mãe extraordinária



e que me presenteou com duas sobrinhas lindas, e que amo muito. E não posso deixar de falar de minha querida avó que quando minha mãe não estava em casa e não podia ir as reuniões de escola, estava lá para cumprir esse papel com muita maestria.

Desde pequena sinto que o feminino sempre fez parte de mim, sempre me vi como uma menina ou como minhas primas que amo muito, mas tive que abrir mão dessa feminilidade por muito, muito tempo, como se fosse uma pequena brasa dentro de mim que até então eu não sabia direito do que se tratava e nem conseguia reconhecer a proporção e força que teria anos depois em minha vida. Sempre fui aquele garoto afeminado que amava brincar de boneca e estar cercado de meninas, sempre me vi e me imaginava realizando os papéis sociais femininos, cresci tendo divas como inspiração, seja na música ou mesmo pessoas do meu cotidiano como minha mãe. Eu vivia uma busca, mas toda vez que parecia que eu estava a 1% de saber o que realmente eu era e o que me representava, meus familiares me podavam dizendo “vai brincar de carrinho” “nessa roda só tem mulheres” “gosta disso? Isso é coisa de viado”. Assim, fui me moldando conforme a minha estrutura familiar queria. Me condenando a algo que sentia que não era meu, mas como todos ao redor dizia que não era o certo eu apenas uma criança vulnerável e sem saber nada do mundo me via como errada.

Quando cheguei a fase de frequentar a escola, me via tão animada. Me lembro até hoje que dormia pronta e abraçada com o material escolar pensando no quão legal e gratificante seria estar naquele espaço. Em parte, realmente, foi gratificante sim! Pois consegui tomar gosto e interesse pelos estudos, mas em outra parte, hoje posso afirmar, foram os piores anos da minha vida, imaginar todas as ofensas que os colegas de turma me diziam “viadinho”, “fala chiclete”, “viadão”, “boiola”, “florzo” alguns dos termos que todos os dias, 5 dias por semana tinha que escutar... e durante os anos do ensino fundamental, como minha família já dizia que essas palavras (que eu ouvia sobre mim) eram palavras feias, eu me pegava em um dilema: como dizer para minha mãe que eu passava por isso? Se na minha consciência já estava certo de que a errada era eu! Que o problema estava em mim e não em quem me ofendia?

Cheguei a 6<sup>o</sup> série e estávamos na idade em que a adolescência começa a “aflorar” e na mesma medida a revolta começou a se instaurar em mim. Já que nem a minha família e nem a escola tomavam providencias por quem profanava palavras preconceituosas contra mim, eu comecei a me autodefender com agressões verbais, físicas ou me refugiava “cabulando aula” para não frequentar o ambiente escolar que tanto me maltratava. A diretora, à época, me dizia que eu era rebelde e indisciplinado, dizia o mesmo sobre mim para minha avó ou para minha



mãe – que não conseguia ser uma mãe tão presente na escola, mas não há culpa, aliás como uma mulher analfabeta teve que lidar com coisas maiores, como providenciar o nosso sustento. Foi uma fase muito perturbadora para ela e para mim, eu sentia zero interesse pela escola, me viciiei em cigarros e bebidas na época achava “mídia” (um adolescente descolado) hoje percebo que era uma forma de refúgio para tudo que estava me acontecendo.

Além da homofobia tive que lidar com gordofobia e racismo, um combo que meus colegas de sala amavam ressaltar, falas que sempre reclamei para professores e coordenadores da instituição escolar, mas sempre sem obter respostas, sem punição para quem praticava, esse ato cruel contra mim se estendia dia após dia. Às vezes me pegava chorando e me questionava por que aquilo acontecia só comigo? Por que não poderia ser invisível para essas pessoas? Questionamentos para os quais eu nunca obtive respostas.

No Ensino Médio, onde a maioria só pensa no momento de sair e entrar para a faculdade, eu apenas queria que aquela fase acabasse logo, e que nunca mais eu pudesse ver nenhuma daquelas pessoas na minha vida, até mesmo aquelas com as quais eu tinha bom convívio, eu só queria terminar e ficar sozinha. Quando enfim superei essa fase e consegui meu objetivo terminar e esquecer todos de lá, minhas questões internas de gênero ainda mexiam comigo, mas não na proporção de quando eu era criança e pré-adolescente, não sei se foi pelo fato de tanto me condicionarem a um papel que eu acabei aceitando ou foi pela minha primeira e grande paixão por um homem 10 anos mais velho do eu, que não gostava de muito trejeitos afeminados.

Eu, sem malícia e por falta de afeto paterno acabava acatando as regras impostas por aquele namorado. Também foi nessa época que comecei a sair para as festa e assim sofri minha primeira agressão. Me enforcaram, me senti impossibilitada e amedrontada, chorando eu buscava uma queria saber por que as pessoas se incomodam tanto com a vida alheia? Fiquei dias e dias imerso em uma tristeza sem fim, cabisbaixa e sem querer sair. De certa forma me sentia culpada porque todos os amigos que estavam comigo apanharam, eu fui enforcada e obrigada a olhar. A sensação de impotência ou covardia tomou conta de mim, pois no momento não fizemos boletim de ocorrência porque estava escuro no local, e não reconheceríamos nenhum dos agressores.

Anos se passaram, e, enfim, meu ingresso na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS – no curso noturno de Licenciatura em Ciências Sociais. Ali me vi feliz e crendo que meu ingresso em uma universidade pública me abriria muitas portas. Quando comecei a ter





aula de psicologia escolar e filosofia, comecei a me ver e me autoanalisar, já tinha disforia com meu corpo, tudo que eu conquistava não fazia me sentia feliz, como se faltasse algo em mim, alguma coisa, nada material conseguiria preencher esse vazio e nem mesmo qualquer tipo de afeto poderia fazer com que eu me sentisse melhor. As cicatrizes já estavam lá e eu não sabia o que fazer com elas.

No segundo ano da graduação participei de uma viagem para Campo Grande, a capital do Mato Grosso do Sul, viagem essa custeada pela universidade, para um evento de antropologia da UFMS. Nesse evento vendo os trabalhos expostos, um chamou minha atenção, pois versava sobre a temática da transexualidade. Quando o expositor começou a falar sobre a pesquisa de campo, explicando que acompanhou um garoto transexual na escola, quando começou a relatar, me lembro, me arrepiei, porque aquele estudo condizia com minha história e com tudo que passei. É difícil explicar o que sentia naquele momento, fiquei em choque e aquela brasa a qual me referi no início deste relato, se transformou em uma chama, e como história de pessoas transexuais são tão diferentes, mas tão iguais em suas “descobertas” nas suas afirmações com o gênero com o qual sempre soube que era o seu, mas que por pressões sociais e familiares foi apagando, minimizando. Durante o intervalo da apresentação tive a oportunidade de conversar com uma psicóloga que estava vendo as exposições de trabalho, e acabei falando como me sentia e o quanto o trabalho que tinha acabado de ouvir mexeu comigo, ela me disse muitas coisas, mas que a mais me marcou foi a que eu não conseguiria fugir e nem fingir quem eu era por muito tempo. Essa frase guardei para mim e aproveitei o resto do evento.

Ao voltar para minha cidade, comecei tudo de novo, olhava no espelho e não gostava do que via essa disforia, essa condição em que há uma incongruência entre o gênero com o qual uma pessoa se identifica e o sexo que lhe foi atribuído ao nascer, me fazia sentir a discrepância entre o que eu era e a imagem que via no espelho. A distrofia pode gerar um profundo desconforto ou angústia, afetando a maneira como a pessoa vive sua identidade de gênero em relação às expectativas sociais, culturais e biológicas. Assim, comecei a injetar hormônios escondidos e me feminizar mais, deixei o cabelo crescer, mudei as roupas, as maquiagens e aderi aos acessórios femininos e comecei a me denominar apenas por Wal, e assim senti que tudo estava começando a se encaixar e pela primeira vez me sentia feliz, por mais que as pessoas ao meu redor me achassem estranho, eu estava feliz.

Mas essa felicidade não poderia durar. Um dia acordei sob ataque dos efeitos colaterais, dos hormônios que usava. Chorei muito, minha mãe perguntou o motivo daquele choro e eu



não conseguia falar, pois tinha medo, medo porque sabia de muitas histórias de pessoas transexuais expulsas da família e não queria que aquilo acontecesse comigo, mas não aguentei e contei: “mãe eu não me reconheço assim, eu não gosto do meu corpo, eu sou uma travesti.” Naquele momento olhei para minha mãe morrendo de medo até que ela me disse “achei que estava com alguma doença, com câncer, mas isso tá nítido, todo mundo já percebeu isso, agora para de chorar.” Minhas lágrimas se transformaram em um sorriso e a partir daquele momento me tornei realmente quem eu sou e eu sou a Walquíria.

Em meu meio social não foi fácil, para todos foi difícil se adaptarem a mudança, inclusive na faculdade onde tive que enfrentar a burocracia para conseguir meu nome social. Eu também tinha medo de usar o banheiro feminino, muitas vezes ficava sem ir ao banheiro até chegar em casa, a universidade parecia não estar preparada para lidar com corpos como o meu. A forma como os discentes olhavam para mim, com olhar de raiva e questionamentos do tipo: “O que essa travesti está fazendo aqui?” ou “Credo, dividir banheiro com trans, nunca”. Eu via os semblantes gritando rejeição e desprezo somente pelo fato de não acharem que somos iguais porque não correspondemos aos seus gêneros, e isso só demonstra a falta de desinformação e ignorância. E a instituição falha no seu dever de fazer as intervenções necessárias, ou mesmo auxiliar a permanência de pessoas transexuais nesses espaços.

Eu também sentia os olhares de alunos, de professores, de servidores técnicos e até de outras pessoas que trabalhavam no espaço da instituição, e tive que suportar. Eu me lembro que tive que pedir para um professor me chamar no pronome feminino mesmo após o meu nome social já constar da lista de presença da disciplina. São nesses momentos que a gente percebe que a pessoa pode ter doutorado ou até pós-doutorado, que quando é para ser desumano não precisa de título, ou até pode ser pela bagagem cultural desses docentes, e discentes.

Eu sentia que a universidade como Instituição não sabia, acho que até hoje não sabe, nunca vi um incentivo à população LGBTQIAPN+ sobre como fazer denúncias se alguém te ofender verbalmente ou até mesmo sobre o acesso ao nome social ou uma intervenção sobre esses corpos considerados dissidentes, e cujas existências são consideradas abjetas, descartáveis e marginalizadas pela sociedade, mas que fazem parte da instituição, e como tal, deveriam ser pensados e respeitados em sua integridade física e moral.

Em 2019, antes da pandemia eu e mais dois colegas criamos um coletivo LGBTQIAPN+ chamado “Corpos de Dandara” uma homenagem mínima a Dandara, mulher transexual



agredida e assassinada brutalmente à luz do dia por vários homens e vários telespectadores que assistiram a tudo, mas ninguém a ajudou. Foi um caso que não chocou e nem comoveu o Brasil por se tratar de um corpos trans, relegado a desumanização pela sociedade patriarcal e binária na qual vivemos.

Através do nosso coletivo, elaboramos um questionário com o objetivo de identificar a presença de pessoas LGBTQIAPN+ no Campus de Naviraí da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Os resultados surpreenderam, revelando uma diversidade maior do que a esperada, incluindo a presença significativa de pessoas não binárias. A pesquisa foi realizada por meio de um formulário anônimo no Google Forms, contendo três perguntas principais: "Qual é sua orientação sexual?", "Qual é sua identidade de gênero?" e "Qual é sua raça/etnia?". Ao todo, recebemos 221 respostas, cujos resultados estão detalhados abaixo:

Tabela 1 – Perfil de Estudantes

<b>Categoria</b>	<b>Porcentagem</b>
<b>Identidade de Gênero</b>	
Cisgênero	82,4%
Transgênero	5,4%
Não binário	8,1%
Não souberam definir	1,4%
<b>Orientação Sexual</b>	
Heterossexual	64,4%
Homossexual	13,7%
Bissexual	19%
Pansexual	2%
<b>Raça/Etnia</b>	
Branco	51,8%
Negro	37,3%
Pardo	4,8%
Indígenas	1,2%

Fonte: Corpos de Dandara, 2019.

Os dados coletados por meio da pesquisa evidenciam uma realidade que desafia a percepção muitas vezes limitada sobre a diversidade no espaço acadêmico. A presença significativa de pessoas LGBTQIAPN+ e a expressiva pluralidade racial expõem a invisibilidade dessa diversidade nas políticas institucionais e nas práticas cotidianas da



universidade. Os resultados mostram que 17,5% dos respondentes possuem identidades de gênero não cisnormativas (transgêneros e não binários), e 35,6% não se identificam como heterossexuais. Esses números indicam uma diversidade de gênero e sexualidade que está amplamente presente, mas frequentemente marginalizada ou ignorada. O ambiente acadêmico, que deveria ser um espaço de acolhimento e desenvolvimento humano, parece alheio às necessidades dessa população, seja pela ausência de políticas de apoio, seja pela invisibilização dessas identidades em discussões institucionais.

A diversidade racial também é evidente, com 48,2% dos participantes se identificando como negros, pardos ou indígenas. No entanto, a universidade frequentemente se estrutura sob uma hegemonia branca, negligenciando as vivências e demandas dessas populações racializadas, que enfrentam desafios específicos em sua trajetória acadêmica. Ao cruzar esses dados com as informações sobre identidade de gênero e orientação sexual, é possível supor que indivíduos que vivem múltiplas interseccionalidades — como ser negro e transgênero, ou indígena e não binário — enfrentem uma sobreposição de opressões no espaço universitário.

Apesar da diversidade constatada, a universidade frequentemente opera como uma instituição que não reflete, nem responde, às realidades de sua comunidade. A invisibilização de pessoas LGBTQIAPN+ e de estudantes racializados em ações afirmativas, políticas de assistência estudantil e até mesmo na produção de conhecimento contribui para perpetuar desigualdades estruturais. Além disso, a ausência de mecanismos para identificar, reconhecer e acolher essas populações reforça um ambiente acadêmico normativo, que privilegia apenas determinados grupos.

Em 2020, o Brasil sofreu um colapso na saúde pública com a chegada da COVID-19, que resultou em uma alta taxa de mortalidade e alterou significativamente a vida social. Essa mudança abrupta quase me levou a desistir do curso, pois eu, uma jovem transexual, não tinha renda para contribuir em casa. Não que eu passasse fome, mas por ter um olhar de querer ajudar minha família e quando falamos em universidade o tempo de dedicação aos estudos é grande e eu não conseguia conciliar a universidade e emprego, e não conseguia auxiliar com o mínimo em casa. E não era só o fato de a universidade requerer uma grande demanda de tempo, mas também a falta de empregabilidade para pessoas transexuais em Naviraí, a falta de auxílio estudantil, poucas bolsas destinadas a uma grande quantidade de estudantes que ainda exige que os estudantes passem por um processo extremamente burocrático para conseguir o auxílio financeiro. Isso me era desgastante e acabou comprometendo minha permanência na



universidade.

Foi um período conturbado, eu e minha família precisávamos ter uma renda para garantir nossa sobrevivência, então comecei a trabalhar como auxiliar de limpeza na casa de um conhecido de meus familiares, e muitas vezes chegava exausta e não conseguia assistir ou fazer as atividades em sala de aula. Na época em que a universidade se mantinha fechada devido a pandemia e usava a plataforma AVA para postar as atividades e assistia as aulas via Google Meet. Muitas vezes a imagem ou o áudio eram ruins devido à internet. Reprovi em diversas matérias, mas não queria desistir do curso, eu sentia e sabia a contribuição que ele traria para mim, contribuição financeira e intelectual que me ajudariam na construção de uma pessoa mais crítica e preparada para enfrentar o mundo.

Não posso deixar de mencionar como é frustrante e desgastante a pressão para ser "a primeira": "a primeira mulher trans do campus", "a primeira da família", "a primeira a estagiar no município", entre outras. Embora essa visibilidade possa ser importante do ponto de vista político e social, pois corpos transexuais têm o direito de ocupar espaços que muitas vezes nos são negados, a responsabilidade e as expectativas que recai sobre mim como uma pessoa trans acabam se tornando uma carga pesada. Isso me levou a questionar se realmente confiava na universidade e se as ciências sociais eram o meu caminho. Esses pensamentos me desmotivaram e eu duvidei de mim mesma.

Hoje, percebo que não deveria me sentir assim, e ninguém que se identifica com pautas de minoria deveria se sentir diminuído. A sociedade e o Estado, como estruturas políticas, limitam a permanência e dificultam a inserção de pessoas pertencentes a minorias, seja negando o acesso a uma educação infantil de qualidade ou dificultando a implementação de sistemas de cotas nas universidades públicas brasileiras. Acredito na importância das cotas no ambiente universitário, pois as experiências vividas por pessoas LGBTQIAPN+ são fundamentais para a construção social.

Importante pontuar que só recentemente, algumas universidades aprovaram leis de cotas para pessoas transexuais, uma política pública essencial para garantir que esses corpos ocupem seus espaços na comunidade acadêmica em todos os níveis. Ao falarmos sobre cotas para pessoas transexuais, estamos criando oportunidades para que essa parcela da população viva dignamente e tenha acesso à emancipação educacional e profissional. No entanto, até o momento, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) não implementou cotas para



peças transexuais e não há até o momento nenhuma política efetiva de apoio para essa população. Não podemos ignorar esse problema, pois o silenciamento contribui para a exclusão de pessoas transexuais no ambiente acadêmico e resulta na marginalização e inviabilização de nossos corpos.

A construção de uma sociedade inclusiva é um dever coletivo, especialmente em instituições que promovem o pensamento crítico, como deve ser o caso das universidades. As cotas para pessoas transexuais representam uma peça histórico-social, considerando que muitas vezes somos vítimas de violência simplesmente por existirmos como somos. Embora eu não tenha sido parte da porcentagem que entrou por meio de cotas trans — sem essa reparação da minha universidade meu caminho foi mais difícil — reconheço a importância do espaço acadêmico para meu crescimento como professora de sociologia e como ser humano.

Infelizmente não coleei grau com minha turma, quase jubilei, pois tive que deixar minha cidade natal devido à falta de oportunidades de emprego, especialmente sendo uma mulher transexual, negra e de baixa renda em um estado com uma mentalidade conservadora. No entanto, não posso deixar de expressar meu reconhecimento há UFMS. Sou grata por ter professoras e professores, conhecidos e colegas extraordinários que se tornaram irmãos para mim e me incentivaram e ajudaram a não desistir. A educação desempenha um papel fundamental na minha vida e estou determinada a superar as estatísticas.

## **6 A ANÁLISE DE SI: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E FORMAÇÃO**

Não por acaso a análise da narrativa apresentada é marcada por desafios significativos e experiências de descoberta pessoal que revelam as complexidades da identidade de gênero em um ambiente acadêmico muitas vezes hostil. Nesta análise recorro aos estudos de Elizeu Clementino de Souza (2008), que aborda a importância das narrativas biográficas na construção da identidade e na aprendizagem ao longo da vida.

As ideias de biografia, trabalho biográfico, biografização e aprendizagem biográfica emergem e enraízam-se no curso da vida, como uma maneira que representamos a nossa existência e como contamos para nós mesmos e para os outros, em estreita relação com a história e a cultura. [...]. Os modelos biográficos assentam-se na inserção individual e coletiva da memória e nas histórias de vida, os quais centram-se na temporalidade, nos territórios, na individualização e individuação da existência e do sentido da vida (Souza, 2008, p. 40-41).

Ao debruçar-me sob a análise de minha própria (auto)biografia, procuro meus sentidos





como uma estudante trans na universidade e procuro fazer uma abordagem reflexiva e crítica, que considera as intersecções entre identidade de gênero, experiências acadêmicas e contextos sociais, destacando momentos significativos que influenciaram minha formação pessoal e acadêmica.

Essa análise também configura uma narrativa, pois inclui não apenas os desafios enfrentados, preconceitos e discriminações, mas também a certeza das conquistas e o apoio recebido de colegas e professores, mas, especialmente, buscando a aprendizagem que envolve minha formação, uma identidade que dialoga com a diversidade cultural da universidade, que hoje me permite uma compreensão mais ampla das dinâmicas sociais presentes no ambiente acadêmico.

Como afirma Souza (2008), a interface entre memória e discurso é fundamental nesse processo, pois permite articular a história de vida com questões mais amplas sobre identidade, educação e transformação social. Ao final, espero que essa análise não apenas promova uma autorreflexão profunda, mas também inspire outras vozes a compartilhar suas narrativas, enriquecendo o diálogo sobre diversidade na academia. Assim, minhas memórias como uma estudante, que ingressou na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), ilustra como a vivência universitária pode ser uma jornada de autoconhecimento e resistência em face da discriminação e da marginalização.

Minha narrativa reflete sobre a disforia, alerta sobre como uma pessoa trans se sente em relação ao seu corpo, um desconforto que se intensifica durante minhas aulas de psicologia e filosofia, quando começo a conhecer um pouco mais do mundo e, conseqüentemente, de mim mesma. Essa autoanálise é um ponto importante, pois revela como o ambiente acadêmico pode servir como artigos para a reflexão sobre a identidade de gênero.

Outra questão relevante me remete ao evento acadêmico no qual me deparei com uma pesquisa que ecoou minha própria história. Como diz Jorge Larrosa Bondía (2019, p. 21) “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca” e essa experiência representa a validação de minha própria experiência num reconhecimento da diversidade das trajetórias trans e do valor da universidade, do conhecimento para minha transformação. O encontro com uma psicóloga que me aconselha a não fugir de quem realmente sou reforça a importância do apoio emocional e psicológico na vida das pessoas trans/travestis, especialmente em contextos educacionais onde frequentemente nos sentimos invisíveis.



Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas para a população LGBTQIAPN+, como o reconhecimento do nome social e a criação de um coletivo LGBTQIAPN+, como toda mulher trans enfrentei barreiras significativas. A burocracia para o uso do nome social na universidade é um exemplo claro das dificuldades enfrentadas por estudantes trans. A luta pela liberdade e pelo reconhecimento em espaços acadêmicos reflete uma realidade mais ampla de discriminação institucionalizada que persiste nas universidades brasileiras (Carvalho, 2024).

O medo de usar banheiros femininos, outro problema comum entre estudantes trans. A falta de infraestrutura adequada nas instituições para atender às necessidades de estudantes não cisgêneros evidencia uma lacuna nas políticas inclusivas. Uma pesquisa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) aponta que os ambientes educacionais muitas vezes não estão configurados para lidar com as especificidades dos corpos dissidentes, resultando em experiências de exclusão e marginalização (Magno et al., 2021).

A criação do coletivo Corpos de Dandara junto a outros estudantes representou uma forma poderosa de resistência e solidariedade. Ao homenagear Dandara dos Santos, uma mulher trans assassinada brutalmente, o coletivo não apenas buscava visibilidade para as questões LGBTQIAPN+, mas também criava um espaço seguro para discutir as experiências e desafios enfrentados por estudantes trans e outros corpos ditos dissidentes na universidade. Essa iniciativa, interrompida pela pandemia da covid-19, foi importante para promover um senso de comunidade e apoio mútuo entre os estudantes. Os dados da pesquisa realizada pelo coletivo Dandara, sugerem a urgência de um reposicionamento da universidade frente a essas questões. É necessário que se estabeleçam políticas e práticas institucionais que reconheçam as especificidades das populações LGBTQIAPN+ e racializadas, promovendo um ambiente acadêmico mais inclusivo. Isso inclui desde a implementação de nomes sociais e banheiros inclusivos até a ampliação de programas de cotas para pessoas trans, apoio psicológico e financeiro que considerem as interseccionalidades. A formação de professores e professoras, servidores e servidoras e gestores e gestoras também precisa incorporar perspectivas críticas que questionem o status quo e promovam uma verdadeira transformação institucional.

A universidade, ao ignorar a diversidade que existe em seu próprio espaço, não apenas falha em seu papel social, como também reforça estruturas de exclusão. Reconhecer e incluir essas populações é não apenas uma questão de justiça social, mas também de compromisso ético e epistemológico, contribuindo para uma instituição que seja verdadeiramente plural, acolhedora e democrática.



Minha trajetória na universidade ilustra tanto os avanços quanto os desafios persistentes enfrentados pelas mulheres trans no Brasil. Embora tenha encontrado apoio de alguns professores e colegas, as barreiras institucionais e sociais ainda representam obstáculos significativos à sua plena inclusão. A educação desempenha um papel relevante na formação da identidade e na promoção da cidadania, mas é essencial que as instituições se comprometam genuinamente com a inclusão e o respeito à diversidade. Apenas assim será possível garantir que todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas no espaço acadêmico.

É preciso pontuar a interseccionalidade, um conceito fundamental que se reflete na minha experiência universitária e em outras pessoas que buscam acessar um espaço seguro nas universidades. Para Crenshaw (1989) é necessário compreendermos como marcadores sociais e diferentes formas de discriminação e opressão se cruzam e se reforçam mutuamente. Quando marcadores sociais como sexo, gênero, classe social, raça, por exemplo, se relacionam as violências tendem a se multiplicar de maneira ainda mais cruel para pessoas quando pertencem a vários grupos marginalizados, como é o caso das pessoas trans, negras, de minorias étnicas e mais vulneráveis social e economicamente mais vulneráveis. Para a autora, os “eixos de discriminação” se cruzam e intensificam, dificultando o acesso a recursos e serviços de proteção (Crenshaw, 1989).

Outra questão fundamental a ser ressaltada é a política de cotas para pessoas LGBTQIAPN+, especialmente para as pessoas trans/travestis, essencial para garantir a inclusão e a diversidade nas universidades. As universidades devem garantir oportunidades para que essa população viva dignamente e tenha acesso a processos de emancipação educacional e profissional. No entanto, até agora, a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) com uma população de mais de 40 mil estudantes, ainda não implementou cotas para pessoas trans. Ignorar esse problema contribui para a exclusão das pessoas trans nos ambientes acadêmicos, perpetuando a marginalização e inviabilizando nosso crescimento social e econômico.

A construção de uma sociedade inclusiva é uma responsabilidade coletiva, especialmente em instituições que promovem o pensamento crítico. As cotas representam uma peça histórico-social, considerando que muitas pessoas trans enfrentaram violência simplesmente por serem quem são. Embora eu não tenha sido beneficiada por cotas, embora meu percurso até aqui tenha sido demasiado desafiador, sinto que venci.



Por fim, reconheço a importância do espaço acadêmico para meu desenvolvimento como professora de sociologia e como ser humano. Infelizmente, tive que deixar minha cidade natal devido à falta de oportunidades, especialmente sendo uma mulher transexual, negra e de baixa renda em um ambiente conservador. Contudo, reafirmo, tive professores e colegas, amigos considerados irmãos que foram incríveis e me acolheram e me incentivaram a continuar, a não desistir. A educação tem um papel fundamental na minha vida, e estou determinada a superar as estatísticas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente Trabalho buscou refletir sobre os desafios, lutas e resistências enfrentadas por pessoas transgêneras, com um foco especial nas mulheres transexuais, no contexto acadêmico. Adotamos como caminho teórico-metodológico a pesquisa narrativa, entendendo sua relevância no contexto acadêmico, pois abre espaços para vozes silenciadas. De forma que através da pesquisa narrativa, foi possível trazer revisitado a teoria e as memórias e experiências de uma mulher trans em sua trajetória universitária, revelando não apenas as barreiras impostas por um sistema normativo e patriarcal, mas também os espaços de pertencimento e autoafirmação que podem ser construídos nesse ambiente.

A análise das vivências narradas evidencia que, apesar da universidade ser um espaço potencialmente transformador e de produção de conhecimento, ela ainda reproduz estruturas discriminatórias que dificultam a inclusão de pessoas trans. A falta de políticas públicas afirmativas e de acolhimento nas instituições de ensino superior brasileiras contribui para a marginalização dessa população, refletindo em sua baixa procura e permanência no sistema educacional. A resistência das mulheres transexuais, portanto, se manifesta não apenas na luta por reconhecimento e direitos, mas também na busca por espaços que respeitem suas identidades e promovam sua inclusão.

A pesquisa também destaca a relevância da interseção entre transexualidade e homossexualidade na luta pelos direitos LGBTQIAPN+. A visibilidade dessas identidades é fundamental para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e respeitoso. Ao abordar o conceito de gênero como uma construção social, este trabalho reafirma a necessidade de uma revisão crítica das normas que regem as relações sociais dentro das universidades, promovendo uma reflexão sobre como essas normas impactam diretamente a vida acadêmica



de indivíduos trans. A urgência por políticas educacionais inclusivas é um ponto central desta pesquisa. É necessário que as instituições acadêmicas adotem medidas que garantam a permanência e o sucesso acadêmico de pessoas trans, respeitando suas identidades e promovendo um ambiente onde pessoas trans possam se sentir seguras e valorizadas. A implementação de políticas que assegurem o uso correto dos pronomes e o acolhimento das diversidades é um passo fundamental para transformar a realidade enfrentada por essa população.

Por fim, ao abordar as lutas e resistências trans/travestis, o trabalho busca evidenciar tanto os fatores institucionais, como as barreiras burocráticas e políticas de acesso e permanência, quanto os aspectos sociais e culturais, como a hostilidade e o preconceito que frequentemente marcam as interações acadêmicas. Essa situação impõe a necessidade de políticas de Estado, de estratégias e ações afirmativas nas IES que garantam não apenas o acesso, mas a inclusão efetiva dessas pessoas no ensino superior, permitindo que exerçam plenamente seus direitos e suas potencialidades intelectuais.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- Benevides, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Jess. "**Política LGBTQIA+ avança em 2023, mas direitos trans e Educação patinam**." Diadorim. 24 jan. 2024.
- CARVALHO, Jess. "**Visibilidade Trans: Brasil liderada em transparência contra pessoas trans: mais de 5.200 casos em 2024**." Diário Carioca. 31 mar. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics**. University of Chicago Legal Forum, 1989.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2019). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Educação e trabalho da população LGBTQIA+**. IBGE. Acesso em: 30 de abril de 2022.
- LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre experiência**. Trad. Cristina Antunes, João Wanderley Geraldi. 1ª ed. 4. reimp. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2019.
- LISBOA, Vinícius. **Pesquisa descreve barreiras para acesso de pessoas trans ao emprego**. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve-](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-12/pesquisa-descreve)



barreiras-para-acesso-de-pessoas-trans-ao-emprego. Acesso em: 30 de out. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: **Autêntica**, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. “**Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer**”. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAGNO, Laio et al. "**Discriminação baseada na identidade de gênero contra mulheres transgênero e travestis no Brasil: uma análise de classe latente e fatores associados.**" Universidade do Estado da Bahia, 2021.

MIRANDA, Odilon Coutinho. “**O ecoar de vozes travestis transloucas em vidas trans: a coragem de existir,**” 2020.

MIRANDA, Olinson Coutinho; GARCIA, Paulo César. “**A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria.**” III EBE CULT, 2012.

MOIRA, Amara et al. “**Experiência Travesti: conversa com amara moira sobre lutas, visibilidade e comunidade trans**”, 2023.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura.** edição revista atualizada, São Paulo. Hoo Editora, 2018.

MOREIRA, Euza Aparecida da Silva; MARCOS, Cristina Moreira. **Breve percurso histórico sobre a transexualidade.** *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 2, pág. 593-609, atrás. 2019.

MUGGAH, Robert; FRANCISCO, Pedro Augusto P. "**A comunidade LGBTQ do Brasil enfrenta uma violência crescente, mas eles estão reagindo.**" Open Democracy.

PELÚCIO, Larissa. “**Na noite nem todos os gatos são pardos Notas sobre a prostituição travesti.**” *Cadernos pagu*, (25), julho-dezembro de 2005

PISCITELLI, Adriana. “**Gênero: a história de um conceito.**” In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). *Diferenças, igualdade.* Campinas: Berlandis, 2009, p. 116-150.

Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (Rede Trans). (2020). “**Estudo sobre a participação política e social de pessoas trans no Brasil.**” Disponível em: <https://redetrans.org.br>. Acesso em: 24 de abril de 2023.

SOUZA, Cristiane P. “**Travestis e Transexuais no Brasil: Memórias de Luta e Resistência**”. *Quaderns de Psicologia*, v. 1, pág. 1599-1615, 2017. Disponível em: <http://quadernsdepsicologia.cat/article/download/v25-n1-souza/1599-pdf-pt/8634>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

SOUZA, Elizeu Clementino. **Auto(biografia), identidade e alteridades:** modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. *Revista Fórum Identidades*. Ano 2, v. 4, Jul-dez de 2019.

TORRÃO, Amilcar Filho. “**Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.**” 2004.

TORRES, Marco Antonio. “**Direitos Humanos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) na Educação e as Lógicas Heterossexistas. Fazendo Gênero, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**”. De 23 a 26 de agosto de 2010.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. “**Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**”.





2008.

VERAS, RS; ANDREU, JA. **As travestilidades e a desumanização: uma análise crítica.** *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, v. 1, pág. 42-58, 2015.